

EDUCAÇÃO NO BRASIL, MUDANÇAS E CONTINUIDADES¹

Antonio Sergio Moreira²

Embora o tema elucidado seja de uma complexidade profunda, passaremos a destacar fases e periodizações de nuances e concretudes alusivas à educação brasileira, buscando uma visão de totalidade, acredita-se que para chegarmos a uma compreensão do fundamento social (organização educacional brasileira), necessitaremos de uma abordagem do contexto social, do qual se faz numa relação indissolúvel. Pensou-se em tratar esse assunto, partindo do ponto da historicidade da educação brasileira no processo e implantação da organização escolar; Nessa abordagem teremos uma visão do contexto educacional escolar, onde perceberemos (e comentaremos), as continuidades e mudanças implícitas no processo educacional.

Sendo assim, partimos de uma visão, embora parcial da sociedade brasileira, importante para a compreensão do início do estudo de sua organização escolar.

1. O período colonial e a influência dos jesuítas no processo de escolarização.

A presença de jesuítas fora marcada logo no início da colonização, padres e dois irmãos jesuítas, comandados pelo o governador geral Tome de Sousa (1549), chegam a colônia com uma missão específica (tanto ligado a coroa como a igreja). Desses jesuítas, segundo Mattos, “se espera uma intensiva catequização do elemento indígena aos conceitos, valores e aculturação à civilização européia cristã” (1958:31).

Compreende-se pelas elucidações que organização escolar na colônia está rigorosamente ligada à política de colonização de Portugal. Política colonial que

se apresenta como um tipo particular de relações políticas, com dois elementos : um centro de decisão (metrópole) e outros de subordinado (colônia), relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópoles seja dinamizada pelas atividades coloniais (NOVAIS, 1975:7).

Diante dessas questões, como resultado das considerações feitas anteriormente, que a finalidade dos colonizadores era o lucro, outrossim, a população colonial era oferecer lucros sem medida a metrópole.

Nesse contexto (político, social e econômico), a instrução educacional só passa a ser tendenciosa e interessar a esta articulação política (metrópole e pequena burguesia).

Os jesuítas deveriam “instruir” a população indígena como também os filhos dos colonos, levando em consideração que era os jesuítas os únicos com a condição (preparo intelectual) de oferecer a “instrução educacional”.

O plano de estudos foi elaborado de forma diversificada, começando pelo aprendizado do português, ensino religioso, além do ensino de canto (opcional); também se incluía o aprendizado profissional e agrícola, ainda se acrescentava a gramática e noções de matemática. Notava-se a tendência pelo recrutamento sacerdotal “dentre os de maiores habilidades” (MATTOS, 1958:86) afirmamos assim que dependiam dos jesuítas toda a formação educacional da população colonial (inclusive a própria elite), a elite era preparada

¹ Texto produzido para avaliação da disciplina Investigação Científica em Educação, do Curso de Especialização em Políticas Educativas e Desenvolvimento Social ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – PT.

² Aluno do Curso de Especialização em Políticas Educativas e Desenvolvimento Social ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – PT.

para um trabalho intelectual (modelo religioso), mesmo que não culminassem com a opção sacerdotal.

É importante destacar que a formação intelectual oferecida pelos jesuítas, será marcada por uma intensa rigidez na maneira de pensar e interpretar a realidade “se alguns forem amigos de novidades ou de espírito demasiado livre devem ser afastados sem hesitação do serviço docente”(IN PAIM, 1967 :28), tal declaração se reporta aos profissionais da educação que eram inspecionados rigorosamente.

A quase “independência” dos jesuítas no processo educacional chegou a afetar o campo político e social, esses religiosos se transformaram na única força capaz de influir no domínio do senhor do engenho. Isto foi conhecido não só através dos colégios, como do confessorário (influência religiosa), não é à toa que o governo português demonstra preocupação com o poderio de influência e domínio dos jesuítas no processo colonial. Preocupação esta externada no governo do Marques de Pombal que destruiu a “hegemonia jesuítica”.

1.1 O Marques de pombal e a escolarização colonial.

Pombal chega a colônia com o objetivo de decolar a economia através de uma concentração do poder real (ameaçado pela influência jesuíta), e de modernizar a cultura portuguesa (também atrelada a influência dos jesuítas). Vale lembrar que a colônia (apesar de tão explorada) não estava correspondendo com a metrópole (no que tange aos lucros esperados), Portugal encontrava-se caracterizado como “um País pobre, sem capital, quase despovoado, com uma lavoura decadente uma nobreza arruinada, e uma burguesia rica, mas débil” (BASBAUM, 1957:48-9).

Não tarda a se concretizar uma crise entre o governo português (representado por pombal) e os jesuítas, pois pombal introduz mudanças no sistema educacional, reformando todo o seu contexto (em detrimento a visão jesuítica). Os jesuítas são expulsos em 1759, acusados de não estar promovendo uma educação “adequada” a necessidade da colônia.

Com o Marques de pombal, do ponto de vista educacional, a orientação (determinação), adotada foi de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos (despertando os interesses pelos cursos superiores), diversificar o conteúdo, tornando-os mais práticos possíveis³.

A partir de então, surge um ensino público, não mais aquele patrocinado pelo Estado (atrelado à igreja), mas, financiado pelo e para o Estado; Essas reformas de pombal visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo da Inglaterra. Visavam também provocar algumas mudanças no Brasil, com o objetivo de adaptá-lo enquanto colônia a nova ordem pretendida em Portugal (RIBEIRO, 1998:35).

1.2 O período Joanino.

Com a vinda de D. João VI ao Brasil (séc. XIX), desencadeiam-se uma série de ações⁴, que levam a uma (ou algumas) modificações no contexto educacional; São criados cursos, por ser preciso o preparo de pessoal mais diversificado; é criada a academia militar (1810), Escola Politécnica (1874), o curso de cirurgia (1808) e outros. Tais incrementos representam a ruptura com ensino jesuítico (embora um tanto parcial) e um avanço aos padrões científicos.

As mudanças na política educacional são comentadas por Fernando de Azevedo:

³ As obras básicas de onde estas diretrizes foram tiradas são: verdadeiro método de estudar, de Luís A. Verney; educação da mocidade, de Antônio N. Ribeiro, e gramática latina, da ordem dos oratórios.

⁴ Abertura dos portos, transferência da capital para o Rio de Janeiro, e outros que não serão tratados nesse contexto, tendo em vista a amplitude dos assuntos e o objeto proposto (contexto educacional) que não deve ser esquecido.

A obra de D. João, antes de tudo ditava pelas necessidades imediatas do que sugerida por qualquer modelo, lembra sob certos aspectos a obra da revolução francesa” (AZEVEDO, 1944:327).

A Educação no Império (Séc. XIX)

A fase imperial assinalou momentos marcantes, do fim do tráfico negreiro, a mudança definitiva do regime político (república), destaca-se ainda a iniciativa de industrialização e a *solução cafeeira*.

As idéias efervescentes de mudança e investimentos industriais refletiram na conjuntura educacional.

Sobre as idéias de desenvolvimento e transformações políticas (transição para a república), Reis comenta, *é uma fase rica de propostas de reformas de quase todas as instituições existente, mas de reformas que não partem da realidade, mas modo importado* (REIS FILHO, 1974 6:1-2)

A organização escolar em tal contexto é atingida não só pelas críticas as deficiências constatadas com também pela proposição e até decretação de reforma. Sobre o ensino superior, Reis ainda comenta que “formam-se um grupo de defensores do modelo universitário alemão que propõe como forma de superar as reservas tradicionais que os liberais ofereciam à criação da universidade brasileira” (6:8-9).

Surgem novas idéias no contexto educacional, tais como: a liberdade de ensino, a inspeção ao magistério⁵, liberdade de credo religioso, e possibilidade de abertura de outras escolas de tendências pedagógicas diferenciadas (exemplo, a positivista), porém, era expressivo o grau de subordinação aplicada à classe feminina, que na sua maioria limitava-se aos “afazeres domésticos”.

Como conseqüências dessas idéias, Reis comenta que,

Nesse período verifica-se uma inserção de grupos protestantes no Brasil que vem influenciar a educação, como à abertura de colégios particulares (a escola americana, 1870), entretanto a influência deste modelo só atinge a escola pública especialmente em São Paulo, no ensino da República (REIS, 1974 6: 9-10).

2 O período republicano.

Acentua-se o desenvolvimento no setor cafeeiro, como também a imigração estrangeira fruto desse desenvolvimento e a influência positivista; Referente à educação nacional há um significado crescimento e influência da camada média nesse período, ocasionando condições de expressão na participação do aparelhamento do estado, *quanto á organização escolar, percebe-se a influência positivista* (RIBEIRO, 1999-73).

A partir de 1890, fora decretado a reforma Benjamim Constante que tinha como princípios orientadores, a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária, no ensino superior acrescentou o ensino politécnico, o de direito, o de medicina e o militar.

Apesar das tendências positivistas, eram em alguns pontos, paradoxal a reforma Benjamim Constante e a visão positivista, ficando assim uma reforma sem pauta “estabelecida” (ora pendia para um lado, ora para outro), sem conseguir um ensino mais adequado às novas tendências sociais no Brasil.

Os choques de interesses, a falta de clareza a realidade educacional, dentre outros problemas, marcou a fase imperial (mesmo na pré-república), deixando lacunas no que tange ao ensino. Sobre a péssima qualidade do ensino, somado a sua tendência mercantilista, Moacyr comenta:

⁵ O exercício do magistério era incompatível com de cargos públicos por isso o Estado deveria pagar bem aos seus profissionais.

De fato o ensino desceu até aonde podia descer: não se fazia mais questão de aprender ou ensinar, porque só duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário e a dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se as duas formulas: bacharel quanto antes; dinheiro quanto mais (IN MOACYR, 1942. IV:71).

Esta é uma declaração feita por ocasião da preparação da reforma Rivadiária Correa (1911), portanto já no contexto da “velha república”, a banalização escolar atingia também o ensino superior, Basbaum comenta: “pois ser doutor era, senão meio de enriquecer, uma forma de ascender socialmente, ao doutor abriam-se todas as portas, principalmente, os melhores cargos públicos” (1962:288).

Ainda destacamos que pouca atenção fora dado no que diz respeito à formação do magistério, culminando numa crise profunda, pois as escolas (do primário e ensino médio) viviam com escassez docente; numa contradição expressiva devido as muitas escolas surgidas para oferecer o ensino superior, numa realidade paradoxal (vista que a maioria da população era analfabeta). Na “exposição de motivos” da reforma de 1915, Carlos Maximiliano declara: “para que cinco academias de direitos na capital de um País de analfabetos, na qual se não contam quatro ginásios excelentes?” (IN MOACYR, 1942.IV:93).

Na fase que culmina para a decadência da república velha (a partir de 1920) assistimos as mudanças no cenário político e social: surgem novas lideranças políticas e classes sociais (tenentismo, burguesia industrial, etc), gerando assim um grande leque de interesses antagônicos; No Âmbito Escolar, *a crença de que pela multiplicação das instituições escolares, disseminação da educação escolar será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo* (NAGLE, 1974:99-100).

Assim percebemos que já havia despontado a idéia de que para o Brasil se tornar uma nação “modernizada”, necessária seria um investimento e atenção às questões educacionais, o modelo de escolarização que estava sendo assimilado era o da escola nova.

3 A República Nova.

Luiz Pereira se reporta ao período da “revolução de 30” como sendo o do “grande despertar” da sociedade brasileira (PEREIRA, 1970:126).

No pós 30 há uma consciência industrial, ou seja, políticas são implantadas no sentido de desprender-se do modelo agrícola exportador e alavancar o país rumo à uma industrialização; no entanto não iremos nos deter as questões políticas inerentes ao período, tão somente nos limitaremos a tratar das questões voltadas para o sistema de escolarização do pós 30.

O decreto nº 20.158, de junho e 1931, altera o ensino comercial, que passa a ser propedêutico, seguido de cursos técnicos em cinco modalidade e o curso superior (3 anos) de administração e finanças.

Em 1932 foi elaborado um esboço de programa educacional escrito para Fernando de Azevedo e assinado por vários educadores. (AZEVEDO, s.d.: 88-90); Tais educadores, de ambos os grupos, eram unânimes em combater o princípio de monopólio do ensino pelo Estado, colocando-se assim, contra as ideologias tanto de esquerda como de direita. Porém, a idéia de uma “educação independente” não foi defendida pelo estado novo que incorporou nas reformas de 1942, conhecida como a reforma Capanema, idéias fascistas; Esse assunto é comentado por Silva:

O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, de homens que deverão assumir responsabilidade maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e

atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. (art.32) (IN SILVA, 1962; 295-7)

A “paz social” seria conseguida pela formação eficiente da elite, que teria a função de conduzir as massas, ou seja, o povo passivo.

Estes aspectos apontados como retrocesso, sintonizam-se como o modelo nazi-fascista de desenvolvimento “um modelo para aprovação do desenvolvimento econômico sem modificação da ordem social existente” (IN JAGUARIBE, 1968).

Á educação numa abordagem Contemporânea:

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) sobre a educação:

Art.1. A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art.2 A educação, dever da família e do Estado, inspiradas nos princípios de liberdade e nas idéias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CNE /CEB,1999).

Nas sociedades tradicionais, a estabilidade da organização política, produtiva e social, garantia um ambiente educacional estável. Agora, a velocidade acentuada no progresso científico e tecnológico e da transformação dos progressos de educação torna o conhecimento rapidamente superado, exigindo-se uma atualização contínua e colocando novas exigências para a formação do cidadão.

A comissão internacional sobre educação para o século XXI, incorporadas nas determinações da lei n 9.394/96:

a) a educação deve cumprir um triplo papel: econômico, científico, e cultural.

b) a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. (BRASIL, CNE / CEB / 1999:31)

A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimento, exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e o trabalho.

Num mundo cada vez mais competitivo e excludente, engendra a idéia de que somente os mais preparados terão êxitos; Portanto, nesse processo de transformação política, econômica e social, não se pode eximir o papel da educação como mediador de conflitos e produtora de uma sociedade capaz de superar seus obstáculos; A educação atual deve preparar o aluno à qualificação de conhecimento básico, à preparação científica e à capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Analisando o processo educacional, numa perspectiva mais globalizada e menos operacional (normas, leis, pareceres, etc), perceberemos que a educação e o acesso constante à informação são cada vez mais indispensáveis para combater a exclusão social. O professor Tiago Rosa citando Arredondo(1996), afirma que não há melhorias na sociedade sem investimento na educação (1997: 18), nesse pensamento, Rosa ainda cita Arredondo. (1996):

não é possível desenvolver um país se não se aprimora sua educação. Daí a grande importância do sistema educacional como estratégia, tanto na formação tecnológica adequada, como também na preparação de recursos humanos qualificados, fatores essenciais para que uma sociedade atue dinamicamente neste sistema de economia globalizada (ROSA, 1997:29).

Comentando sobre conceitos educacionais e sua interação na sociedade, Hanna Arendt (em sua obra entre o passado e o futuro), enfatiza que a educação "está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana" (1972, p.234). Nessa mesma visão, compartilha Fonseca, quando afirma que a "educação escolar passa a ser um direito universal dos homens. O mundo contemporâneo tornou-se impensável sem escola. A função, a responsabilidade de educação escolar e de todos os mecanismos educativos é a transmissão, a preservação de experiência humana entendida como cultura" (2003, p.30).

A educação pode ser considerada como um bem público e seus benefícios devem atingir toda a sociedade, contribuindo para o melhoramento da mesma. Assim, talvez um dos maiores desafios da educação brasileira seja: "formar um cidadão consciente e crítico capaz de participar e de usufruir dos meios, acessível em diversas linguagens".⁶

Sabemos da importância da educação no combate mais efetiva a pobreza e as desigualdades sociais, assim entendemos que a educação se inscreve como um requisito indispensável para garantir cidadania e como condição central para que uma sociedade possa construir um projeto político, econômico e social que assegure uma vida de respeito a seus membros.

Não é possível tratarmos de educação sem inserir nesse contexto todos os seus atores (sociedade, instituições políticas, famílias e professores), Edgar Morim comenta que "a sociedade, como todo, está presente em cada indivíduo, na sua linguagem, em seu saber, em suas obrigações e em suas normas" (2005:36). A sociedade tem se despertado para a necessidade de discutir e envolver-se em prol de melhorias no contexto educacional, segundo a professora Maria do Carmo⁷ "Os projetos sócio-educativos voltados às crianças e adolescentes vulnerabilizados pela pobreza, nasceram nas comunidades brasileiras por iniciativa da sociedade civil e não pela mão do Estado"; Mostrando assim, que nesse contexto, o Estado já não é mais o agente executor exclusivo da ação pública da educação (como no período regencial e parte do período republicano), mas ente central na sua regulação; Não obstante, a educação continua sendo um tema tratado no seio político, embora com resultados ainda não satisfatórios, Antônio Teodoro comenta que "a educação, num tempo histórico relativamente curto, passou de um obscuro domínio da política doméstica a um tema central dos debates políticos, tanto no plano nacional como no internacional" (2004: 7-8).

Comentando a complexidade das políticas educacionais Antônio Teodoro cita Jacques Delors⁸ que a educação é um caminho ou oportunidade que "conduz a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras..." (2004:8).

O discurso político sobre educação é sintetizado por Popkewitz⁹ (citado por Teodoro), "o discurso público e político sobre a educação é muito marcado pelo que o cidadão comum lhe atribui como sendo o seu objetivo maior, o aperfeiçoamento da sociedade; Educação converge todas as grandes aspirações sociais"... (TEODORO, 2004:11).

Não se pode mais pensar na abstração do processo educacional, pensar numa educação abrangente, produtiva e transformadora faz parte da construção e de um novo modelo educacional, modelo este que necessita quebrar preconceitos, aferir valores e buscar soluções; reiterando que a educação é um "bem público" é imprescindível o envolvimento de todos os atores sociais, no processo de construção de uma infra-estrutura educacional que ofereça ensino de qualidade. O cenário é o da articulação da comunidade

⁶ Pensamento extraído da professora Mílada Tornarelli, mestre em ciência da comunicação (ECA/USP) e pesquisadora do Cenpec.

⁷ Coordenadora do Cenpec, é pós-doutorada em serviço social aplicado e doutora em serviço social (PUC/SP).

⁸ Jaques Delors et al. Educação, um tesouro à descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI, Porto, edições asa, 1996, p.11

⁹ Thomas Popkewitz, Educational reform: rhetoric, ritual and social interest. In: educational Theory, 38(1), 77-93.

(alunos, famílias, e profissionais da educação), com segmentos (agências locais, entidades governamentais e não governamentais entidades religiosas, voluntárias, etc) que tenha como meta a mobilização da busca de soluções.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de destacar o papel da Instituição escolar, Fonseca, abordando essa questão, comenta e cita Apple (1989), onde afirma que a escola precisa ser compreendida em vários ângulos;

Não se trata apenas de um reflexo do funcionamento da economia, da sociedade e das exigências ideológicas da classe dominante, mas de um local de trabalho, focalizando os conflitos de classe e as formas culturais que exercem um papel contraditório não apenas na reprodução e na distribuição, mas também na produção de conhecimento (FONSECA, 2003, p.34-35).

A educação contemporânea (especificamente brasileira) passa por crises e momentos nebulosos, todavia, há uma mobilização na busca de uma melhor compreensão e atuação do sistema educacional frente à realidade vigente; nesse processo de crescimento, cobrança e expectativa (somadas as frustrações) não se pode prescindir a “figura do professor”; Como ator direto desse processo, o sistema educacional necessita voltar suas atenções e rediscutir o papel desse profissional do ensino.

Esse profissional é visto como imprescindível no comentário de José Eustáquio¹⁰ citado por Luiza Cortesão: “nunca haverá espaço e oportunidade para a substituição do educador inserido no campo da pedagogia crítica e da libertação” (CORTESÃO, 2000:11).

A função do professor é de tamanha grandeza, visto que parte do mesmo a transmissão do conhecimento. Segundo Cortesão, “a função prioritária do professor merece circunrever-se a conseguir aumentar os conhecimentos dos alunos, procurando, sobretudo que, de forma rentável, eles se preparem para desempenhos mais exigentes...” (2000:99). Ainda reportando-se à atuação do professor no contexto do ensino, Rosa enfatiza: *o professor educador por excelência, deve contribuir fortemente para que seus alunos se transformem em profissionais competentes no desempenho de seus funções junto à sociedade* (ROSA, 1997:38).

No comentário de Fonseca, sobre a atuação do professor no contexto educacional, afirma que *o professor é um dos elementos mais importantes, por assumir a responsabilidade da transmissão do conhecimento e está apto para exercer suas funções tanto do ponto de vista Institucional com acadêmico* (2003, p.19).

No mundo globalizado, cabe aos professores a difícil tarefa de prepararem seus alunos para adaptarem-se aos desafios vigentes e não esquecer a missão precípua da consciência à cidadania; Sobre esse desafio, Cortesão comenta:

Será importante que os professores sejam capazes de eleger certos conteúdos como mais importantes e recriar metodologias de trabalho que identifiquem como sendo as mais adequadas àquelas circunstâncias de trabalho, (CORTESÃO, 2000:69) e a consciência crítica do professor, obviamente somado sua capacidade técnica que evitará produzir uma educação subserviente, *uma educação bancária* (FREIRE, 1975).

Concluimos que no decorrer da história da educação brasileira, não se podem negar as mudanças que seja no campo institucional (leis, pareceres, normas, etc.), como operacional (instrumentação, técnicas, tecnologias, etc.); Esteve (2004), comenta algumas mudanças que refletem também na questão da educação escolar:

¹⁰ Professor do mestrado em educação do centro universitário nove de julho (UNINOVE), em São Paulo, do doutorado em educação da universidade do Vale do Rio Verde de Três Corações (UNINCOR), em Três Corações (MG).

Nos próximos anos, o novo desafio da integração da aprendizagem eletrônica e do ensino por Internet ainda trará profundas exigências de mudança para nossos sistemas educacionais. E, além disso, nossas sociedades apresentarão novas exigências de adaptação, pedindo a nossos sistemas educacionais que respondam as demandas imprevisíveis de sociedades no qual o processo de mudança social se acelerou (p. 12).

Também se percebe uma continuidade especificamente em questões ligada às políticas públicas educacionais, ainda convivemos com uma alta taxa de analfabetismo, pouca verba, falta de uma infra-estrutura (materiais escolares, prédios adequados, escassez docente, etc.), dificuldades de acesso á escola¹¹ em todos os níveis de ensino (inclusive superior); No entanto, a despeito de tantos problemas no âmbito educacional, é latente a presença de setores da sociedade (principalmente estudantes), mais consciente, mais participativo, que tem se mobilizado (inclusive no aspecto político) e pressionado as classes políticas frente aos problemas existentes, causando assim a possibilidade de construirmos um Brasil de um sistema educacional que esteja disposto a romper com o atraso e construir um novo modelo de Educação.

¹¹ Sobre esse ponto, consultar a nota de imprensa em <http://www.unesco.org/bpi/eng/unescopress/2002/02-93e.html>

Referências Bibliográficas:

APPLE, Michael (1989). **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed.

ARREDONDO, Victor. **El caso mexicano**. In: Finger, Almeri Paulo. (org.) Avaliação institucional. São Paulo: IEPES, 1996. p.07-27.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura do Brasil**, 2º ed., São Paulo, companhia editora nacional, 1944, 529 p.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**: das origens até 1889, vol. 1, 339 p. --- **História sincera da república**: de 1930 a 1960 3º ed., São Paulo, alfa – omega, s.d. (a),252.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio: bases legais/ Ministério da Educação- Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

CORTESÃO, Luiza. **Ser professor: um ofício em risco de extinção?** Reflexões sobre práticas educativas face á diversidade no limiar do século XXI. Porto: Afrontamento, 2000.

ESTEVE, J. M. **A terceira revolução educacional**: a educação na sociedade do conhecimento {tradução Cristina Antunes}. São Paulo: Moderna, 2004.- (Coleção educação em pauta).

FREIRE, P. (1975). **Pedagogia do Oprimido**. Porto, Afrontamento, 2. ed.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizados. - Campinas, SP: Papyrus, 2003. (Coleção Magistério: formação e Trabalho Pedagógico). 250 p.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil: **Estabilidade social pelo colonial fascismo?** In: Brasil: tempos modernos. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1968, 25 – 47 p.

MATTOS, Luis de. **Primórdios da educação no Brasil**: o período heróico (1549 – 1570). Rio de Janeiro, gráfica aurora, 1958, 306 p.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e a república**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vols. I, II e III (1941), vol. IV (1942) e vol. V (1945).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários á educação do futuro**. 10 ed.- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo, EPU/ editora da USP, 1974, 400 p.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do artigo sistema colonial** (séc. XVI – XVIII). 2º ed; São Paulo brasiliense. 1975 (cadernos Cebrap s:17), 47p.

PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo, XXXX, 1967, 276 p.

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de sociologia de desenvolvimento**. São Paulo, pioneira, 1970 (bibliografia pioneira de ciências social, sociologia), 158 p.

REIS Filho, Casemiro dos. **Modernização da cultura brasileira.** São Paulo, Puc – SP (distribuição interna), 1974 b, mimeo., 22 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira:** a organização escolar / Maria Luisa Santos Ribeiro – 15ª ed. ver. e ampl.. – Campinas, SP: autores associados, 1998. – (coleção memória e educação).

ROSA, Tiago Cardoso. **Avaliação do ensino de economia da UFPI,** na perspectiva de egressos e do setor empregador do Município de Teresina, no período de 1980 a 1993. 1997. 140 p.

SILVA, Geraldo B. **A educação secundária respectiva histórica e teórica.** São Paulo, companhia Editora Nacional, 1969 (atualidades pedagógicas, vol. 94), 442 p.

TEODORO, Antonio. **Histórias (re)construídas:** leituras e interpretações de processos educacionais/ Antonio Teodoro (org.)- São Paulo: cortez, 2004.- (coleções questões da nossa época; v.114).